

MOVIMENTO SINDICAL E FORMAÇÃO DE CLASSE NO BRASIL DOS ANOS SETENTA.

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

RESUMO

O artigo apresenta uma nova interpretação sobre a evolução do movimento operário no Brasil desde o pós-guerra. Segundo o autor, o regime populista (1945-1964) era um compromisso de classe no qual os trabalhadores dos setores públicos lideravam a classe operária sem entretanto por em questão o despotismo vigente nas fábricas. Isso ocorria por dois motivos: primeiro porque a vanguarda da classe se concentrava nos setores públicos onde vigia regimes burocráticos e, segundo, porque a CLT representava alguns interesses dos operários da empresa privada e permitia a institucionalização dos seus conflitos de trabalho.

O golpe de 1964, segundo o autor, provocou uma rotura na formação da classe operária, guinando o regime fabril para o centro da preocupação dos trabalhadores. Dois mecanismos ou contradições provocaram tal rotura. O primeiro foi a manuten-

O presente texto foi originalmente preparado para uma palestra na Universidade de Wisconsin - Madison, onde o autor é PhD candidate, na série de palestras patrocinadas pelo Class Analysis Program e pelo Radical Hist. y Caucus, em dezembro de 1984.

Universitas.Cultura. Salvador, (33): 5-20, jul./set. 1985

ção da estrutura sindical apesar do esvaziamento de suas funções. O segundo foi a mescla entre controles burocráticos e despotismo estatal que gerou um regime de despotismo burocrático nas fábricas das grandes indústrias nacionais.

Depois de historiar brevemente as lutas operárias depois de 1978, o autor sugere que a permanência do despotismo fabril na grande indústria continua sendo a principal avenida para a formação da classe operária no Brasil.

O golpe de estado de 1964 provocou uma rutura, não um retrocesso, no processo de formação da classe operária no Brasil. Se como um processo histórico, político e cultural, a formação de classe se nutre do passado, as roturas, ao contrário dos retrocessos, são os momentos em que patamares qualitativamente novos são alcançados e novas questões colocadas.

No Brasil, a conjunção entre as mudanças ocorridas na estrutura das classes, fruto do desenvolvimento capitalista, e as violentas transformações no sistema político que extirparam as antigas lideranças trabalhistas ampliaram o alcance de uma rutura que, se tivesse ocorrido em condições normais, teria tomado muito mais tempo. Esse texto, como um todo, procura explicar e qualificar a rutura que significou para a classe operária brasileira colocar a questão do despotismo vigente nas fábricas no centro de suas lutas.

O COMPROMISSO DE CLASSES DO POPULISMO

A presidência de Goulart foi o terceiro período presidencial consecutivo no qual o estado perseguia uma política de industrialização e desenvolvimento nacionais legitimado por um compromisso de classe. Tal compromisso articulava os interesses da burocracia estatal, dos trabalhadores do setor público, da burguesia industrial local, e dos trabalhadores no setor competitivo da economia. O apoio da classe operária, entretanto, provinha principalmente dos empregados do setor público - ferroviários, estivadores, eletricitários, marítimos, doqueiros - quase todo ele em mãos do estado (Weffort, 1979).

Esses trabalhadores ocupavam o que até pouco tempo antes do golpe foi a posição mais importante em uma economia exportadora que transitava para uma economia de mercado interno. À época do golpe, entre tanto, tal transição já estava completa e o setor público já havia perdido sua posição estratégica tanto para as indústrias estatais de produção como para o setor privado de duráveis, intermediários e bens de capital.

Se analisado mais de perto, algumas características marcantes desse compromisso de classe se fazem notar. Em primeiro lugar, a classe trabalhadora não tinha uma organização independente e autônoma (Simão, 1966; Rodrigues, 1968; Martins, 1979; Mericle, 1974). Os sindicatos eram definidos como órgãos de colaboração do Ministério do Trabalho o qual supervisionava o orçamento sindical e sancionava a vida administrativa dos sindicatos. Situação que perdura até hoje. Em consequência, os sindicatos tinham dificuldade em desenvolver organizações de base e estruturavam-se para privilegiar a política de estado em detrimento da política fabril (Weffort, 1973, 1978, 1979).

Em segundo lugar, tanto o sistema de previdência social quanto a justiça trabalhista permitiam a representação sindical em seus quadros e, desse modo, funcionavam como reais fontes de poder e prestígio para os sindicatos (Erickson, 1977; Malloy, 1979).

Em terceiro lugar, havia uma legislação trabalhista que garantia aos trabalhadores urbanos um salário mínimo, estabilidade no emprego após 10 anos de contrato e um padrão mínimo de higiene e segurança nas fábricas. Embora a fiscalização a tais leis deixasse a desejar, ou talvez por isso mesmo, a maior parte dos conflitos industriais achavam-se institucionalizados. Por outro lado, os trabalhadores nos serviços públicos tinham seus contratos regulamentados por uma legislação ainda mais protetora que a CLT e usufruíam de fato um contrato vitalício.

Para a classe operária, portanto, o compromisso de classe do populismo significava apoiar um estado capitalista que perseguia uma política de desenvolvimento nacional garantindo, ao mesmo tempo, salá

rio mínimo para os não-qualificados, estabilidade de emprego para os qualificados, e emprego vitalício para os servidores públicos.

Tal compromisso tinha sentido para uma classe de trabalhadores de empresas públicas, burocráticas, e de pequenas e médias empresas que fundavam o controle de sua mão de obra sobre o paternalismo e o despotismo propiciados pelo excesso de trabalhadores no mercado. Entretanto, os novos segmentos de trabalhadores da grande indústria monopolista que se instalava no Brasil a partir da metade dos anos cinquenta permaneceram, em sua maioria, alheios a tal compromisso, posto que os problemas da política de produção que eles enfrentavam não estavam colocados pelo movimento sindical (Weffort, 1979; Almeida, 1975). Será justamente aos novos problemas colocados pela junção do despotismo de mercado com as novas formas burocráticas de administração da grande empresa que o movimento operário terá que encontrar respostas na conjuntura adversa da ditadura militar.

O DESPOTISMO FABRIL DA DITADURA

Entre 1964 e 1967, a ditadura militar atacou e destruiu o compromisso populista de cinco maneiras distintas.

Primeiro, retirando a fonte de poder e prestígio que os sindicatos usufruíam na previdência social e na justiça trabalhista; segundo, desmantelando a estrutura paralela que os sindicalistas haviam construído para contrapor-se à verticalidade da estrutura oficial e adquirir mais autonomia face ao Ministério do Trabalho; terceiro, substituindo a lei da estabilidade pelo Fundo de Garantia e Tempo de Serviço; quarto, restringindo o direito de greve de modo a privar os trabalhadores de sua única sanção contra o patronato; quinto, e finalmente, privando a Justiça do Trabalho de seus poderes de arbitragem na regulamentação dos salários e dos conflitos daí provenientes; em seu lugar, o governo central chamou a si a tarefa de regulamentar o nível de salário no conjunto da economia. Das estruturas do compromisso de classe, no entanto, restou, intacta, a estrutura sindical, usada daí em diante para atingir a sua verda

deira finalidade: o controle da classe trabalhadora (Weffort, 1979).

Se definirmos consentimento ao estado capitalista como a institucionalização de mecanismos que regulam os conflitos de interesse, e por esse meio, transformam a luta das classes em disputas normatizadas (Przeworski, 1977), poderemos então dizer que a ditadura desmantelou as estruturas de consentimento existentes sem substituí-las por outras. Isso se deu ao fato de que as ditaduras não buscam garantir o consentimento ao estado, enquanto relação social conflitante, mas apenas buscam o consentimento ao estado-nação. Por isso, as ditaduras procuram incorporar os trabalhadores enquanto indivíduos não enquanto classe. Consequentemente, o estado brasileiro foi utilizado não para institucionalizar o consentimento da classe operária mas apenas para disciplinar e controlar os trabalhadores em conexão com os aparelhos do regime fabril (Burawoy, 1979).

Algumas contradições, entretanto, se fizeram notar no novo despotismo fabril articulado pelo estado brasileiro. Apontarei apenas duas contradições de importantes consequências. A primeira consistiu na manutenção dos sindicatos apesar da supressão de suas funções. No período populista os sindicatos desempenhavam três funções: 1) defendiam o nível de salário da classe trabalhadora; 2) defendiam os direitos trabalhistas titulados na CLT e 3) prestavam assistência médica e jurídica. A ditadura anulou a primeira função quando transformou a negociação dos salários num ritual em que os sindicatos, o patronato e a Justiça do Trabalho se reuniam para assinar contratos cujos níveis já estavam determinados de ante-mão. Isto é, o processo de negociação foi de fato supresso. Em segundo lugar, como a defesa dos direitos trabalhistas pressupõe alguma força do sindicato frente aos patrões e alguma presença, ainda que mínima, nos locais de trabalho, o novo despotismo fabril ao fundir a repressão do estado com o controle fabril obliterou totalmente a segunda função dos sindicatos. Finalmente, até mesmo a prestação de assistência social pelos sindicatos viu-se diminuída pela reestruturação do sistema nacional de previdên-

cia social sem a participação sindical.

O resultado dessa primeira contradição foi a situação que os sindicatos tiveram que enfrentar: manter seu papel de representação sem ter acesso ao estado. Obviamente, nem a repressão nem o peleguismo, poderiam impedir permanentemente os sindicatos de tomar o único caminho aberto para salvaguardar sua sobrevivência, qual seja, voltar-se para a base operária em busca de representatividade.

A segunda contradição criada pelo despotismo do estado apareceu nas indústrias em que os controles tecnológico e burocrático (Edwards, 1979) das empresas fundiram-se com a repressão do estado. Nesses casos, a falta de representação ao nível das plantas criou uma situação na qual o despotismo que usualmente atinge os trabalhadores não qualificados pela via do mercado (Marx, 1968, Burawoy, 1983, 1984), estendeu-se a todos os segmentos da força de trabalho pela via da repressão do estado. Sem organização, os trabalhadores qualificados e semi-qualificados não podiam negociar a pletera de conflitos que habitualmente surgem nos regimes fabris burocráticos - conflitos que provêm das escalas de remuneração, dos benefícios, das horas extras, da intensificação do trabalho, da avaliação do trabalho, da rotatividade de algumas indústrias etc. Essa contradição entre as formas burocráticas de controle, incorporadas à tecnologia e à administração das grandes empresas, e, por outro lado, a legislação despótica a que tais formas deveriam se adaptar, essa contradição surgiu no período ditatorial e persiste até hoje.

Foi a interação dessas duas contradições que conduziu a novos conflitos industriais de que Osasco e Contagem, duas regiões que concentram a grande indústria monopolista, foram os primeiros (Weffort 1972).

O medo de que esses conflitos desestabilizassem o regime de estado, dadas as circunstâncias históricas da época, levou os militares a reforçar a repressão do estado sobre a classe operária e fortalecer, portanto, o despotismo fabril ao invés de tentar cooptar a classe trabalhadora dos setores dinâmicos. A escolha feita em 1968 elucida alguns interesses

ses em jogo no processo de formação da classe operária no Brasil.

As greves de Osasco e Contagem apenas poderiam desestabilizar o regime de estado se se pressupõe a manutenção da estrutura sindical, do contrário como entender que conflitos localizados repercutissem no conjunto da classe operária? De fato, se o estado tivesse optado por dismantelar a estrutura sindical ele poderia permitir a institucionalização de alguma forma de consentimento nos setores dinâmicos e, portanto, a emergência de uma estrutura dual similar a que se encontra nos Estados Unidos poderia ter se dado. Esse caminho alternativo, entretanto, não parece ter sido vislumbrado pelos atores políticos. Por que?

Primeiro, porque a estrutura sindical cristalizava os interesses de diversos aparelhos do estado, como a Justiça do Trabalho, a magistratura e o Ministério do Trabalho. Segundo, porque os próprios sindicatos tinham interesses articulados de algum modo com o que sobrou do sistema político. E, terceiro, porque as próprias empresas monopolistas não tinham nenhum interesse na emergência de uma força de trabalho combativa em termos econômicos.

A resposta do estado às greves de 1968 foi, portanto, reforçar o despotismo fabril. Resposta que contribuiu significativamente para a deterioração das liberdades cívicas e para o surgimento do terrorismo de estado nos anos seguintes.

Durante cinco anos essa fusão de despotismo de mercado e terrorismo de estado foi capaz de sufocar os conflitos industriais. As contradições que a ponte permaneceu, entretanto, intocadas. Embora a resistência operária não pudesse ser organizada, os sindicatos dos setores onde o controle burocrático fundia-se com o despotismo continuaram procurando uma representação de base.

AS PRIMEIRAS FISSURAS

Em 1973 ocorreram as primeiras paralisações, operações tartarugas, e outras formas de resistência operária, desde 1968. Essas resistências emergiram principalmente na indústria automobilística e foram

manifestações devidas, basicamente, à conjuntura econômica (Moisés, 1979; Almeida, 1978).

1973, foi o ano de inflexão do "milagre brasileiro". Taxas de crescimento do produto na ordem de 12% ao ano tinham forçado as empresas a operar a plena capacidade, recorrendo a frequentes acelerações de ritmo e exacerbando o nível de intensidade do trabalho. Ao mesmo tempo, pontos de estrangulamento apareceram por todo o sistema produtivo e, junto com a escassez de algumas matérias primas, uma escassez de mão de obra em São Paulo reverteu pela primeira vez os mecanismos do mercado a favor da classe operária. No entanto, apenas os trabalhadores mais qualificados das montadoras foram capazes de aproveitar a situação do mercado para pleitearem suas reivindicações. Isso deveu-se a dois fatores. Primeiro, porque apenas os trabalhadores mais qualificados das montadoras detinham algum controle sobre o processo de trabalho além da relativa escassez de suas qualificações lhes garantir alguma estabilidade. Esses dois fatores lhes propiciavam uma maior capacidade organizacional. Segundo, porque apenas o despotismo burocrático das montadoras, em contraste com o paternalismo despótico vigente nas pequenas empresas, oferecia a esses trabalhadores canais possíveis de entabular a negociação de seus interesses (Humphrey, 1982; Almeida, 1981).

Essas pequenas paralisações e conflitos em 1973 não tiveram maiores consequências sobre o sistema produtivo pois as empresas responderam rapidamente através de negociações que absorveram as principais demandas operárias. No entanto, as consequências sobre o regime fabril são dignas de destaque pois representaram uma fissura no regime burocrático despótico então reinante nas fábricas da grande indústria. Ao invés de utilizar-se do poder do estado para disciplinar os trabalhadores, o patronato aceitava a via da negociação. Isso representou um ganho para a classe operária e uma lição para a liderança sindical. Daí em diante, os sindicatos perseguiram com maior agressividade a sua política de procurar nas bases operárias a sua força, embora o clima político continuasse hostil para o trabalho de mobilização e

organização. Se nem o estado nem o patronato haviam renunciado ao despotismo, a classe trabalhadora e seus sindicatos tinham, quando mesmo, aprendido a contestá-lo nas fábricas.

DESESTABILIZANDO O DESPOTISMO

Depois de haver desafiado o despotismo nas fábricas, a classe operária teve a oportunidade de desafiá-lo nas ruas. Essa oportunidade veio a partir de 1977 com a deterioração do regime militar e as mudanças operadas no quadro institucional do país. A partir do momento que o bloco de poder cindiu-se, os trabalhadores encontraram maiores possibilidades para se organizar e se mobilizar.

Eu penso que dois fatores foram cruciais para a cisão do bloco de poder. O primeiro deles foi a divisão operada no seio das forças de sustentação do regime militar pela crescente autonomia dos seus órgãos de repressão e inteligência. Já em 1976, não apenas a Igreja Católica, a magistratura, a imprensa, as associações profissionais, enfim, não apenas o conjunto da sociedade civil, mas também os militares se sentiam ameaçados pela autonomia desses órgãos. O governo Geisel foi a resposta de uma ala do regime militar ao crescente isolamento do regime. Seu plano era restaurar a legitimidade das Forças Armadas através da sua desvinculação da repressão interna e da promoção de uma reforma gradual do sistema político.

O segundo fator que explica a mudança da cena política foi a crise internacional de acumulação capitalista. Às tensões internas à estrutura do "miagre brasileiro", veio se juntar então a crise no balanço de pagamentos. De modo a contrabalançar o deficit, o governo viu-se forçado a re-orientar a economia no sentido de um modelo de substituição de importações de bens de capital. Se tal política alimentou uma aliança efêmera entre a tecno-burocracia e a indústria privada nacional, ela contrariou, ao mesmo tempo, os interesses do capital internacional que passou a condicionar a concessão de empréstimos financeiros à compra de bens de capital no exterior. Já em 1976, o plano de desenvolver localmente uma indústria pesada havia-se divorciado da prática econômica como resultado das concessões que o governo vi

a-se frequentemente forçado a fazer ao capital internacional.

O resultado dessa indefinição da política econômica do governo foi torná-lo ainda mais isolado da sociedade civil. O estado tornou-se o alvo preferido da burguesia ao mesmo tempo em que os grupos internos que lutavam pelos direitos humanos e pela restauração das liberdades cívicas encontravam na opinião pública internacional aliados valiosos. Além do mais, esse ataque maciço ao estado, ao invés de reagrupar as facções militares rivais, acirrou ainda mais suas diferenças.

De fato, foi como um desdobramento dessas desavenças que, em 1977, o governo reconheceu que os índices da inflação de 1973 e 1974 que serviram para o cálculo dos reajustes salariais daqueles anos haviam sido manipulados incorretamente. Este fato ensejou a oportunidade que os sindicatos buscavam. Uma arrojada campanha de reposição salarial permitiu aos trabalhadores projetarem-se na cena política e juntarem-se à frente democrática contra a ditadura militar com demandas autônomas e legítimas. O cerne dessas demandas era a re-estruturação dos sindicatos, da CLT e do sistema de negociação dos conflitos industriais.

Desde 1974, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, que representa a maioria dos trabalhadores na indústria automobilística, apresentava um conjunto de reivindicações que desafiavam o despotismo reinante nas montadoras. Ele reivindicava o reconhecimento de delegados sindicais e comissões de fábrica, negociações diretas com o patronato, o direito de greve, a abolição da contribuição, sindical, o pluralismo sindical, enfim o desatrelamento dos sindicatos da esfera do Ministério do Trabalho.

Os argumentos usados na defesa dessas reivindicações baseavam-se muitas vezes nas específicas condições de trabalho nas montadoras e na rentabilidade da indústria automobilística, e na conjuntura da política sindical. Assim, por exemplo, a reivindicação de pluralismo sindical deve ser interpretada como uma manobra com dois objetivos: desalojar as lideranças pelegas dos outros sindicatos de modo a

Universitas.Cultura. Salvador, (33): 5-20, jul./set. 1985

permitir alianças intersindicais e neutralizar a intromissão do estado na vida sindical. Coerentemente, quando os pelegos, para contrabalançar a mobilização das bases, viram-se forçados a tomar uma postura mais combativa, os novos sindicalistas foram, aos poucos, retornando à postura tradicional de defesa da unicidade sindical.

Em parte por causa de seus argumentos e teses em parte por causa do notório anti-populismo dessa liderança sindical, a esquerda brasileira receiava que esse setor da classe trabalhadora se transformasse numa "aristocracia operária" (Almeida, 1975). As greves de 78/79, nas quais os metalúrgicos se colocaram na vanguarda do movimento operário, mostraram a falsidade desses receios. No entanto, os presupostos para a formação de uma aristocracia operária nunca existiram. Os receios eram infundados em pelo menos dois sentidos. Primeiro, no sentido de que tratavam as reivindicações que privilegiavam a estrutura sindical e o local de trabalho como sendo reivindicações institucionais e econômicas sem considerá-las reivindicações políticas que desafiavam a estrutura do regime fabril. Tal erro baseava-se na tradicional concepção de que a realidade é composta por esferas justapostas e não por dimensões apenas analiticamente separáveis. Segundo, no sentido de que ignorava o caráter despótico dos regimes fabris no Brasil que tanto em sua versão paternalista quanto em sua versão burocrática são articulados e reproduzidos por intermédio do despotismo de estado. De fato, tanto o anti-populismo quanto o pretense anti-comunismo dos metalúrgicos de São Bernardo tinham raízes numa rejeição profunda da intromissão do estado nas relações industriais. Intromissão que, eles estavam certos em afirmar, beneficiou historicamente a classe capitalista em detrimento da organização autônoma dos trabalhadores. Sob essa perspectiva, os comunistas eram avaliados por sua estratégia histórica de aliança com o estado capitalista e não por sua declaração de classe. Por trás de um aparente apoliticismo os metalúrgicos de São Bernardo estavam de fato desenvolvendo a mais consequente prática política que a classe trabalhadora já desenvolveu no

Brasil.

Se o alvo dos metalúrgicos era o despotismo burocrático das montadoras, sua força provinha de organização de base nas plantas. A estratégia escolhida foi a mais apropriada para as circunstâncias. Em 1978, eles trouxeram o patronato para negociações diretas, ignorando a mediação do estado. Isso dividiu a burguesia que naquele momento procurava contrapor-se ao excesso de autonomia da burocracia estatal. A liderança patronal mais liberal que aceitou o desafio operário conduziu sua classe para uma flagrante derrota econômica nas greves de 1978. Sem a repressão do estado, o regime fabril mostrava-se incapaz de controlar a classe operária.

Em 1979, ao contrário, foram os linhas-duras que prevaleceram no meio patronal. Nesse ano, quando os metalúrgicos convocaram a greve, o estado interveio. A essa altura, no entanto, apesar de ilegal, a greve já havia conseguido legitimar-se e as causas dos metalúrgicos estavam inelutavelmente ligadas à campanha pela re-democratização do país - democracia nos locais de trabalho e sindicatos livres. Seguindo a lógica inerente ao despotismo, o movimento dos novos sindicalistas havia ampliado seu foco para tornar-se um movimento político dirigido ao estado.

AS PERSPECTIVAS DOS ANOS OITENTA

Para encerrar, deixe-me esboçar em breves frases o cenário para a formação da classe operária nos anos 80, um cenário fundamentalmente forjado nos 70.

Vimos como o patronato das grandes indústrias estava dividido sobre a questão de como enfrentar a organização dos trabalhadores. Essa divisão, entretanto, era e continua sendo uma divisão mais filosófica que de comportamento. Em termos práticos, o patronato age através de seus órgãos corporativos, o mais importante dos quais é a FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - onde prevalece um forte comprometimento com os fundamentos do despotismo fabril e, por derivação, com a vigente estrutura sindical. Mesmo os setores mais liberais do patronato, apesar de aceitarem os delegados sindicais, por exemplo, ficam longe de concordar com a formação de sindicatos fortes. Sua estratégia parece

encorajar a formação de sindicatos por empresa e obstacular a formação de organizações mais amplas. Tal postura tem o dom de unir o conjunto dos sindicalistas, mesmo os pelegos, e o conjunto da burocracia estatal contra eles.

Quanto aos trabalhadores da grande indústria, a luta por interesses corporativos e econômicos nunca se colocou, de fato, como uma opção viável, mesmo que por ventura suas lideranças tivessem pensando o contrário. Isso se deve ao fato de que os aparatos políticos de produção (o regime fabril) em que suas lutas têm lugar não permitem a representação de interesses corporativos. Quando, por exemplo, os metalúrgicos desafiaram o despotismo fabril eles tiveram que enfrentar, ao mesmo tempo, os aparatos representativos do estado. Como a iniciativa de romper com o despotismo não deve partir do patronato, nem tampouco do estado, só a classe trabalhadora pode fazê-lo. Para isso, no entanto, ela precisa se organizar em bases mais amplas. Ela precisaria, na verdade, exercer uma liderança que ultrapassasse os limites de classe, o que sempre traz consigo o perigo de sua própria divisão enquanto classe.

De fato, a divisão da classe operária já se deu. Ela se deu em 1979, em consequência da reforma partidária e da liberalização do sistema político. O retorno ao pluripartidarismo permitiu outra vez a emergência das alianças de classes e tornou possível a divisão da classe operária. De um lado, os novos sindicalistas, buscando unificar a classe trabalhadora sob sua liderança, fundaram o Partido dos Trabalhadores, levando à arena do estado as reivindicações políticas dos trabalhadores da grande indústria. Do outro lado, a liderança do Partido Comunista Brasileiro trouxe a ex-liderança pelega para uma ampla aliança de classe cuja finalidade era assegurar uma transição democrática que não alienasse a pequena burguesia e o capital estatal.

As diferenças político-ideológicas entre os dois grupos que se institucionalizaram em termos das duas centrais sindicais - CUT e CONCLAT - estão refletidas em diferentes estratégias. Enquanto o PT centra sua luta na mudança da política de produção

(regime fabril) com o objetivo de garantir uma democracia nas fábricas e construir, portanto, o socialismo de baixo para cima; o PCB enfatiza a força eleitoral dos trabalhadores para construir uma democracia formal que avance os interesses socialistas dos trabalhadores. Porque o programa comunista pode coexistir com estruturas corporativistas e com o despotismo fabril, para o PCB é mais importante hoje mudar o estado que o regime-fabril.

Finalmente, cabem algumas palavras sobre a burguesia de estado. Enquanto patronato, essa burguesia não tem nenhum interesse particular em jogo pois os trabalhadores das estatais estão geralmente sujeitos a regimes burocráticos hegemônicos onde os conflitos são mais brandos e os sindicatos já são, de fato, sindicatos por empresa. Enquanto administradores públicos, no entanto, sua tarefa é cimentar os interesses dos setores competitivo e monopolista do capital. Sua tarefa é neutralizar o processo de formação de classe através de uma estrutura que reproduza tanto o despotismo paternalista quanto o burocrático. Essa tarefa parece impossível de ser realizada sem penalizar os interesses de alguma fração ou revigorar a luta de classes. Pelo menos por enquanto, o estado brasileiro não tem forças suficientes para impor uma solução acima das classes. A solução, portanto, está sendo forjada pela própria sociedade civil e toma hoje a forma de uma estrutura dual de negociação de conflitos industriais. A estrutura sindical é mantida em suas linhas mestras mas permite-se, dentro da representação por categorias, a negociação por empresas naqueles setores onde os trabalhadores tem organização suficiente para impô-la. Do mesmo modo, as leis trabalhistas permanecem intocadas mas sua vigência passa a depender do entrelaço que das classes em cada setor de atividade.

Se tal dualismo será institucionalizado ou não, dependerá tanto da representação operária na futura Assembléia Constituinte quanto da força dos trabalhadores nas lutas de classe cotidianas.

O certo é que a classe operária atingiu no Brasil um estágio de reflexão sobre si mesma em que seus interesses políticos já não se limitam ao estado

mas passam necessariamente pelo âmbito político da produção. Nesse caso, enquanto perdurar o despotismo nas grandes fábricas brasileiras, os seus trabalhadores terão diante de si uma ampla avenida por onde conduzir a sua formação de classe e consolidar a sua liderança sobre os demais setores populares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Desarrollo capitalista y acción sindical. Revista Mexicana de Sociología, 55, 1978.
- 2 ———. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. Debate e Crítica, (6), 1975.
- 3 ———. Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil. Dados, 24(1), 1981.
- 4 BURAWOY, Michael. Between the labor process and the state: the changing face of factory regimes under advanced capitalism. American Sociological Review, 48, 1983.
- 5 ———. Karl Marx and the satanic mills: factory politics under early capitalism in England, the United States and Russia. American Journal of Sociology, 90 (2), 1984.
- 6 ———. Manufacturing consent. Chicago, University of Chicago Press, 1979.
- 7 EDWARDS, Richard. Contested terrain. New York, Basic Books, 1979.
- 8 ERICKSON, Kenneth P. The Brazilian corporative state and working class politics. Berkeley, University of California Press, 1977.
- 9 HUMPHREY, John. Capitalist control and worker's struggle in the Brazilian auto industry. Princeton, Princeton University Press, 1982.
- 10 HALLOY, James. The politics of social security in Brazil. Pittsburg, University of Pittsburg Press, 1979.
- 11 MARTINS, Heloísa H. T. de Souza. O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1979.
- 12 MARX, Karl. O capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- 13 MERICLE, Kenneth. Conflict regulation in the Brazilian industrial relations system. Madison, 1974. Tese de doutorado—Universidade de Wisconsin.
- 14 MOISÉS, José Álvaro. Current issues in the labor movement in Brazil. Latin American Perspectives, 6 (4) Fall 1979
- 15 PRZEWORSKI, Adam. Material bases of consent: economics and politics in a Universitas. Cultura. Salvador, (33): 5-20, jul./set. 1985

- hegemonic system. In: ZEITLIN, M., ed. Political power and social theory. Greenwich, Conn., JAI Press. 1977.
- 16 RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difel, 1968.
- 17 SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. São Paulo, Dominus, 1966.
- 18 WEFFORT, Francisco. Democracia e movimento operário; algumas questões para a história do período 1954-1964. Revista de Cultura Contemporânea, (1-2), 1979; Revista de Cultura e Política, (1), 1979.
- 19 ———. Origens do sindicalismo populista no Brasil. Estudos CEBRAP, (4), 1973.
- 20 ———. Os sindicatos na política (Brasil: 1955-1964). Ensaios de Opinião, (2-5), 1978.

SUMMARY

The article gives a new interpretation of the Brazilian labor movement since World War Two. According to the author, the populist regime (1945-1964) was a class compromise wherein workers in the public sector represented the vanguard of labor without calling into question factory despotism. It was so both because the public sector which led the Brazilian economy was the realm of bureaucratic factory regimes and because the labor legislation applying to the private sector afforded some institutionalization of industrial relations.

The coup d'etat in 1964 represented the break in the process of class formation which permitted factory despotism to be called into question by the labor movement. Two mechanisms or contradictions were responsible for such a break. First, the maintenance of the union structure in a framework which did not allow for the maintenance of union functions. Second, the mingling between bureaucratic controls and state despotism in the Brazilian big industry.

After a brief history of the class struggle after 1978, the author suggests that factory despotism in the big industry provides the main avenue by which workers' class formation will continue in Brazil.